Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O ENSINO DE LIBRAS PARA ESTUDANTES SURDOS NO BRASIL

Acadêmica: Adriele Carvalan Barrios

Orientador: Nelson Dias

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir as limitações dos avanços dos surdos no contexto brasileiro. Partindo do pressuposto da necessidade de inclusão do estudante surdo na educação, explorando o histórico educação dos surdos ao longo do tempo e suas abordagens educacionais , para que assim o professor utilize estratégias adequadas a especificidade de cada estudante, no entanto utilizou-se a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, através de pesquisas, no periódico capes, google acadêmico, scielo, dentre outros. Buscando referenciais teóricos que tratam sobre o tema. Através da presente pesquisa constatou-se a importancia buscar conhecimento sobre o tema do ensino de libras para estudantes surdos no Brasil, visando um melhor conhecimento e preparação por parte dos profissionais para uma prática estratégica que vise o acolhimento do aluno de acordo com sua especificidade educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva**.** História da Educação Surda**.** Abordagens educacionais.

INTRODUÇÃO

A História da Língua de Sinais Brasileira e sua Incorporação na Educação de Surdos é uma narrativa marcada por estágios cruciais. A trajetória rumo ao reconhecimento legal da língua de sinais brasileira passou por uma série de fases intrinsecamente ligadas à evolução da educação para surdos.

No ano de 1855 chega ao Brasil a educação para surdos trazida pelo

educador francês Ernest Huet. Neste mesmo ano, cria-se o Imperial Instituto de Surdos e Mudos atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos no Rio de Janeiro. Huet surdo e partidário de L'Epee fez um programa especial para ensinar os surdos no Brasil , que constituia em usar a Língua de Sinais da França e o alfabeto manual (Trindade, 2021, p. 99).

Com base na citação de Trindade (2021), fica claro que Ernest Huet desempenhou um papel importante na introdução da língua de sinais francesa e sua adaptação para o contexto educacional brasileiro, contribuindo assim para os primórdios da sistematização do uso da língua de sinais no Brasil.

A influência da língua de sinais francesa foi fundamental na formação da língua de sinais utilizada pela comunidade surda no Brasil, culminando na constituição da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A subsequente fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), originado da escola privada estabelecida pelo próprio professor Ernest Huet, emergiu como uma instituição de destaque no panorama educacional dos surdos (Quadros; Campelo, 2010).

Apesar dos avanços significativos na inclusão de surdos na educação e do desenvolvimento de diversos métodos educativos ao longo dos anos ainda existem desafios persistentes que afetam a qualidade da educação para estudantes surdos. No entanto a pergunta que conduz a problemática é: qual é a extensão desses desafios e como eles impactam a eficácia da inclusão de surdos na educação? Além disso, como podemos identificar e promover as melhores práticas educativas que garantam uma educação inclusiva e de qualidade para estudantes surdos?

O presente trabalho justifica-se através do entendimento de que a educação inclusiva tem se tornado um tema central no campo da educação, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. No contexto da inclusão, os estudantes surdos representam uma comunidade que enfrentou desafios históricos significativos ao longo do tempo, tanto em termos de acesso à educação quanto de métodos educativos eficazes.

A compreensão do histórico da inclusão de surdos na educação é crucial para contextualizar as políticas e práticas atuais e futuras. Além disso, a análise dos métodos educativos disponíveis para estudantes surdos é fundamental para garantir uma educação eficaz e inclusiva.

Visando atingir o objetivo geral do referente artigo propõe-se discutir as limitações dos avanços dos surdos no contexto brasileiro. Tendo como objetivos específicos: 1. Explorar o histórico da inclusão de surdos ao longo do tempo: 2. Analisar e comparar as abordagens linguisticas ultizadas com os estudantes surdos no Brasil, com foco na eficácia, acessibilidade e inclusão.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho pautou-se na pesquisa qualitativa, bibliográfica, buscando referenciais teóricos que tratam sobre o referênte assunto, sendo eles: google acadêmico, periódico capes, scielo.

Gil (2010), destaca que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já na pesquisa qualitativa, o pesquisador se preocupa com o processo e não apenas com o resultado, destacando a importância da subjetividade do investigador.

O trabalho está dividido em duas seções, na primeira seção trata sobre um breve histórico da inclusão de surdos na educação, como os surdos eram vistos, o início da inclusão, época em que ocorreu. Na segunda seção trata sobre as diferentes abordagens linguistícas educativas para estudantes surdos, como iniciou a visão de que eles deveriam ser educados, tratando sobre as leis e as diferentes abordagens linguistícas educativas utilizadas no decorrer dos anos.

1. HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO

Durante muitos anos os surdos foram erroneamente percebidos como seres retardados e incapazes de pensar. Conforme mencionado por Streiechen (2012) prevalecia a crença de que o desenvolvimento do pensamento estava intrinsecamente ligado à linguagem falada e que a fala só poderia se desenvolver com a audição. A ideia predominante era de que aqueles que não podiam ouvir não poderiam falar nem pensar, as pessoas surdas eram isoladas em asilos para sua proteção, em razão de não acreditarem que eles pudessem ser educados por conta de sua anormalidade.

Mediante isso, nota-se que a questão religiosa historicamente marginalizou e negligenciou os surdos já que a crença e de que o homem era feito à imagem de

Deus, em vista disso perfeito, levava a considerar qualquer anormalidade como um castigo divino ou associação com o demônio. “O preconceito que existia em relação às pessoas surdas fica evidenciado em boa parte das literaturas. Muitas delas retratam a crueldade demasiada, inclusive com inúmeros assassinatos cometidos contra as crianças que nasciam surdas. Essa foi uma realidade em Roma, Grécia e outros Países” (Kalatai; Streiechen, 2012, p.4).

Ao se falar da cultura dos egípcios, as pessoas com alguma deficiência eram tidas como deuses, por conseguinte essas pessoas eram respeitadas, eles achavam que era um modo de mediação entre os faraós e os deuses, assim as pessoas com deficiência sempre eram muito respeitadas e temidas em alguns casos (Carvalho; Barbosa, 2008). Em outro tempo, sobre a história da antiguidade:

> Inicia a história na antigüidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (Berthier ,1984, p.165 *apud* Strobel, 2009, p.16).

Na Roma Antiga com o mesmo pensamento da Grécia essas pessoas eram tidas como inaptas, imperfeitas, sendo excluídas do convívio da sociedade. Desde a antiguidade quando elas nasciam surdas eram discriminadas e consideradas incapazes. Do mesmo modo as que tinham filhos surdos achavam que Deus estava as punindo por algum pecado que cometiam, ou seja, se nascessem surdas eram vistas como um castigo de Deus. Em se tratando da Roma antiga, cabe falar sobre o pensamento da idade média a respeito das pessoas surdas. Segundo Ribeiro (2021):

> O século XII, período onde os surdos eram privados de casarem já era uma prerrogativa de antecedentes da Antiguidade, embora esse período faça parte da Idade Média, sem grandes modificações significativas no processo de inclusão, apesar do advento do cristianismo, mas mudou em partes o pensamento de parte da sociedade sobre a questão da deficiência (Ribeiro, 2021, p.3).

Em concordância com a autora nota-se que as pessoas com deficiência eram discriminadas em diversas épocas, visto que para a igreja católica as pessoas eram tidas como semelhança e imagem de Deus, portanto deveriam apresentar a perfeição

perante seus olhos, não podiam ter nenhum tipo de deficiência. A Igreja perseguia pessoas surdas e negava a elas o direito de casar. Foi somente no século XVI que a situação começa a mudar, não por afeto mais devido à preocupação dos nobres com a herança. Eles se viram obrigados a educar seus filhos surdos para que pudessem herdar, o que impulsionou a melhoria das condições dos surdos na época. Reily (2007) destaca que, na Espanha, as crianças surdas pertencentes a famílias nobres eram enviadas para o mosteiro de Ponce de León, enquanto aquelas que não eram parte da elite viviam em condições de miséria.

Segundo Carvalho (2020) a forma como os surdos foram socialmente percebidos e aceitos ao longo dos anos passou por uma evolução significativa. Em diferentes momentos da história, foram vistos de maneiras diversas, desde os considerarem seres irracionais até serem reconhecidos como parte de uma cultura com sua própria identidade. Essas mudanças de paradigmas na percepção dos surdos foram acompanhadas por lutas e desafios, a compreensão dessa história é fundamental para entender a situação atual.

Além disso, a discriminação e o estigma associados à surdez ainda persistem em muitas partes do mundo. Os surdos podem enfrentar preconceito no local de trabalho, na educação e na vida cotidiana, o que dificulta a sua plena participação na sociedade. Ainda Carvalho (2020) aponta que os indivíduos surdos possuem uma identidade linguística e cultural única que os distingue dos ouvintes. Essa singularidade deve ser levada em consideração ao buscar a inclusão efetiva da comunidade surda. Desta forma, a inclusão social e educacional dos surdos não será alcançada com sucesso se a sociedade tentar padronizá-los de acordo com as normas dos ouvintes, negligenciando suas particularidades culturais e diferenças linguísticas.

De acordo com o autor outro desafio significativo é a barreira linguística, a língua de sinais é a língua nativa da maioria das pessoas surdas, mas muitas vezes não é reconhecida nem valorizada pela sociedade em geral. Isso dificulta a comunicação eficaz e a participação social dos surdos em diversos contextos.

Desde a Antiguidade com a eliminação física ou o abandono passando pela prática caritativa da idade média até a idade moderna quando o humanismo exaltava o valor do homem mais ainda mantinha uma visão patológica da pessoa com

deficiência, resultando em sua separação e menosprezo da sociedade, a maneira pela qual diferentes sociedades ao longo da história lidaram com pessoas que apresentavam deficiência refletiu a estrutura econômica, social e política de cada época (Miranda, 2004).

Pedro Ponce de León (1510-1584) foi reconhecido como o primeiro professor de surdos, era um monge beneditino que ensinava a escrita, a datilologia (alfabeto manual) e a oralização para surdos. Estabeleceu a primeira escola para surdos em um mosteiro em Valladolid. Sendo assim, sua contribuição foi pioneira na educação de surdos foi um marco na história da surdez e da educação inclusiva,é soncsiderado o pai da educação dos surdos (Moura; Lodi; Harrison, 1997).

Jesus (2015) afirma que Pedro Ponce de León trabalhou principalmente com filhos de aristocratas ricos, ajudando-as na escrita e na comunicação por meio de gestos e um alfabeto manual que permitia soletrar letra por letra. Embora não tenha ficado conhecido por desenvolver uma língua de sinais, seu trabalho foi de extrema importância, pois desafiou a crença predominante na Europa de que os surdos eram incapazes de educação, resgatando essas crianças do abandono e contribuindo parao avanço da educação inclusiva para surdos.

Na cidade do Rio de Janeiro, foram estabelecidas importantes iniciativas pioneiras no atendimento às pessoas com surdez e cegueira. Nunes (2013) destaca:

> A organização dos serviços de atendimento educacional aos deficientes no Brasil ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, com iniciativa do governo Imperial em 12 de setembro de 1854. Através do Decreto Imperial 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto dos Meninos Cegos que, durante a República, foi nomeado como Instituto Benjamin Constant(IBC), e Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, e, pouco tempo depois, denominado de Instituto Nacional dos Surdos(INES), sendo que esses institutos estavam sob a manutenção e administração do poder central (Nunes , 2013, p. 25).

O Imperial Instituto Benjamim Constant (IBC) e o Instituto Mudos era a momenclatura utilizada na época, sendo fundado em 1857 e posteriormente renomeado como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), destacam-se como marcos significativos desse movimento histórico. O ano de 1750 foi

considerado um grande marco no ensino do surdo, pois era necessário que houvesse um sistema para comunicação entre surdos e ouvintes. Segundo Farias (2021) Charles Michel LÉpée, foi um dos principais responsáveis pelo processo de mudança na história da educação dos surdos. Charles-Michel de l'Épée (1712-1789), clérigo francês é considerado uma figura de destaque na históriadas pessoas surdas. Sendo reconhecido como um membro ilustre dessa comunidade devido às suas contribuições significativas para o acesso dos surdos à educação pública e gratuita por meio da língua de sinais.

No século XIX em particular houve uma mudança gradual de atitudes em relação à educação de surdos, foi nesse período que surgiu um debate importante entre os métodos de educação para surdos. A partir da metade do século XIX educadores de diferentes instituições francesas começaram a realizar encontros para discutir métodos de ensino e considerar maneiras de unificá-los e universalizá-los (Câmara, 2018). O Autor ainda cita como um exemplo desse tipo de encontro ocorreu em 1854, quando professores de dez estabelecimentos de ensino dirigidos pelos Irmãos de São Gabriel se reuniram em Loudun, região da Nova Aquitânia, na França.

Foi um evento significativo no contexto da evolução da educação na época, ocorreu com figuras notáveis como Thomas Hopkins Gallaudet nos Estados Unidos e Ferdinand Berthier na França defendendo abordagens educacionais que valorizavam o uso de língua de sinais e a educação desurdos em escolas específicas para eles. Isso marcou o início do reconhecimento de que as pessoas surdas podiam ser educadas de maneira eficaz e que a língua de sinais poderia desempenhar um papel fundamental nesse processo.

Clemente (2021) dialoga que no ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 representou um marco na legislação educacional brasileira. Uma de suas principais contribuições foi o reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência, referidas na lei como ‘excepcionais’, de maneira preferencial dentro do sistema geral do ensino.

Para Abreu (2017) apesar dos avanços legislativos em direção à inclusão, o paradigma da segregação permanece profundamente enraizado nas escolas, e os desafios enfrentados muitas vezes reforçam o desejo de manter alunos com

deficiência em espaços educacionais especializados. Fernandes e Moreira (2014) salientam que pode-se identificar os anos 1990 como um marco significativo para o surgimento dos movimentos surdos no Brasil. Na mesma linha de pensamento, Lopes (2016) acentua que a história registra que somente a partir de 1900 foram estabelecidas as primeiras classes especiais para crianças com deficiência, nas quais elas podiam receber educação voltada para leitura e escrita, esses avanços ocorreram principalmente nos Estados Unidos e no Canadá.

Breitenbach (2016) explica que a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em Salamanca, Espanha, em 1994, resultou na 'Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Esta declaração destacou a importância da educação inclusiva como um dos seus principais princípios. Breitenbach (2016) enfatiza que também trouxe à tona a difusão dos preceitos neoliberais por meio de políticas públicas.

Segundo a Declaração Mundial de Educação para Todos do ano de 1990 e, posteriormente em 1994, a Declaração de Salamanca surgiram como influentes marcos. Essas declarações passaram a moldar as políticas públicas de educação inclusiva. A Declaração de Salamanca reafirmou o direito fundamental à educação para todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades educacionais especiais, seu enfoque era a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de uma sociedade inclusiva e educada.

Apesar dos avanços ocorridos na conscientização e na legislação para proteger os direitos dos surdos, ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir a igualdade de oportunidades e plena inclusão para as pessoas surdas.

2. DIFERENTES ABORDAGENS LINGUISTÍCAS EDUCATIVAS PARA ESTUDANTES SURDOS

Segundo Mesquita (2017), a educação das pessoas surdas encontra seus primeiros registros no século XVI, uma era em que tais indivíduos eram frequentemente excluídos e considerados seres primitivos, sem possibilidade de educação. Por isso, ao longo do tempo estudiosos dedicados à causa desenvolveram uma variedade de abordagens educacionais para atender às necessidades da comunidade surda.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.396/96, estabelece em seu segundo artigo que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre a família e o Estado, orientada pelos princípios de liberdade e solidariedade. Seu objetivo fundamental é promover o pleno desenvolvimento do educando, capacitando-o para o exercício da cidadania e para sua inserção qualificada no mercado de trabalho (LDB, 1996). Nesse contexto, a parceria entre família e escola é essencial já que ambas desempenham papéis complementares no apoio ao aluno, seja ele com deficiência ou não, visando a sua autonomia e independência e respeitando sempre suas limitações.

Diferentes Abordagens na Educação de Pessoas Surdas foram exploradas ao longo do tempo, alguns adotaram a língua oral utilizando a linguagem auditiva-oral do país, como o francês ou o inglês. Outros estudiosos defenderam a língua de sinais, uma língua espaço-visuo-espacial que evoluiu ao longo de gerações nas comunidades surdas. Além disso, há aqueles que desenvolveram códigos visuais como uma forma de comunicação com estudantes surdos (Goldfeld, 2002, p. 28). Tendo como um dos principais responsáveis pelo processo de mudança na história da educação dos surdos, Abade Charles Michel de L'Épée. Lacerda (1998) destaca:

> Para De L'Epée, a linguagem de sinais é concebida como a língua natural dos surdos e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e sua comunicação. Para ele, o domínio de uma língua, oral ou gestual, é concebido como um instrumento para o sucesso de seus objetivos e não como um fim em si mesmo. Ele tinha claras a

> diferença entre linguagem e fala e a necessidade de um desenvolvimento pleno de linguagem para o desenvolvimento normal dos sujeitos (Lacerda,1998).

Quadros (2006, p. 21) descreve o desenvolvimento da linguagem de sinais em crianças surdas, por volta dos três anos de idade as crianças começam a tentar usar configurações mais complexas para a produção de sinais, mas muitas vezes essas tentativas resultam em configurações de mãos mais simples, o que é conhecido como processos de substituição. Os movimentos característicos dos sinais ainda são simplificados, embora em alguns contextos já seja possível observar o uso bem-sucedido da direção dos movimentos.

Para a autora, quando crianças surdas têm a oportunidade de interagir com usuários de língua de sinais desde uma idade precoce, por volta dos dois anos elas começam a produzir sinais utilizando um conjunto limitado de configurações de mão, que se sugere serem cerca de sete configurações de mão. Além disso, essas crianças desenvolvem simples combinações de sinais para expressar informações relacionadas ao seu interesse imediato e ao contexto aqui e agora. A autora destaca a importância da exposição à língua de sinais desde cedo para o desenvolvimento linguístico das crianças surdas. Diante do exposto, Quadros (2006) pontua:

> A língua de sinais vai ser adquirida por crianças surdas que tiverem a experiência de interagir com usuários de língua de sinais. Se isso acontecer, por volta dos dois anos de idade, as crianças estarão produzindo sinais usando um número restrito de configurações de mão (sugere-se que tal número corresponda a sete configurações de mão), bem como simples combinações de sinais expressando fatos relacionados com o interesse imediato, com o “aqui” e o “agora”(Quadros, 2006, p.20).

Em concordância com a autora, o português é a língua escrita predominante nos espaços educacionais para crianças surdas, sua aquisição depende de sua representação como uma língua com funções de acesso à informação e comunicação entre pares através da escrita. Embora muitos surdos fluentes em português usem a escrita em sua vida cotidiana, incluindo comunicações por celular, chats e e-mails, a aquisição do português escrito ainda segue um modelo tradicional, baseado no ensino do português como segunda língua. Isso significa que as crianças surdas são ensinadas a ler e escrever em português

seguindo métodos e materiais utilizados para crianças ouvintes, resultando em diversas abordagens, incluindo métodos artificiais de estruturação de linguagem eo uso do português sinalizado.

Segundo Quadros (2006, p. 26) a língua de sinais é uma língua espacial-visual oferecem uma variedade de recursos discursivos, incluindo configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização e classificadores. Esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento da criança surda e devem ser explorados de forma criativa no processo de alfabetização para garantir um sucesso efetivo nesse processo. Lacerda (1998) destaca:

> Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época. (Lacerda,1998).

Analisando a fala do autor, durante o congresso Internacional de Educação de Surdos em Milão, Itália uma decisão crucial foi tomada. Nesse evento as autoridades decidiram proibir o uso da língua de sinais e promover o uso exclusivo da fala como meio de instrução e comunicação nas escolas de surdos. Essa decisão teve um impacto significativo e duradouro nas vidas das pessoas surdas nos próximos cem anos. Strobel (2009, p.33) “Em 6 até 11 de setembro de 1880, houve um congresso internacional de educadores surdos em cidade de Milão na Itália. Neste congresso, foi feita uma votação proibindo oficialmente a língua dos sinais na educação de surdos.”

O Congresso de Milão simboliza um período em que a educação de surdos passou a ser controlada e dirigida por pessoas ouvintes, ignorando os princípios pedagógicos defendidos pelos próprios educadores surdos, que enfatizavam a importância de aprender com base na língua de sinais. O que por sua vez obteve impactos prejudiciais nas comunidades surdas, afastando-os de sua língua e cultura. O legado dessa proibição incluiu a supressão da língua de sinais e sua rica herança

cultural, o que levou a uma educação prejudicada e a uma desconexão das comunidades surdas em relação à sua própria língua e identidade linguística. Essa política teve efeitos negativos profundos que só começaram a ser revertidos em anos mais recentes, com um maior reconhecimento da língua de sinais e da importância do bilinguismo na educação de surdos.

Após o Congresso de Milão, o oralismo tornou-se a abordagem dominante para a educação de surdos em todo o mundo, e as práticas educacionais relacionadas a ele foram amplamente promovidas e implementadas. Durante quase um século, essa abordagem não foi significativamente questionada.

De acordo com Goldfield (1997) o oralismo ou filosofia oralista visa a integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral, no caso do Brasil, o português. Para alguns defensores desta filosofia, a linguagem restringe-se à língua oral sendo por isso mesmo, a única forma de comunicação dos surdos. Acreditam assim que para a criança surda se comunicar é necessário que ela saiba oralizar. A metodologia Oralista tinha como principal objetivo desenvolver a fala dos surdos, pois seus defensores acreditavam que a língua falada era crucial para a comunicação e o desenvolvimento completo das crianças surdas. Essa abordagem foi promovida no Congresso Internacional de Educação de Surdos realizado em Milão, Itália.

O método oralista enfatiza o desenvolvimento da fala e da leitura labial como meios primários de comunicação para pessoas surdas. Muitas vezes esse método busca que os alunos surdos se comuniquem da mesma forma que as pessoas ouvintes.

Contudo, o método oralista pode ser desafiador para muitos alunos surdos, uma vez que a aquisição da fala pode ser difícil ou mesmo impossível para alguns. Além disso, essa abordagem historicamente desencorajou o uso da língua de sinais, o que levou a uma supressão cultural e linguística em muitas comunidades surdas. Ao tratar sobre o método oralista, Kalatai; Streiechen (2012) destacam:

> Quando se constatou que os surdos educados por meio da metodologia Oralista nunca conseguiriam se comunicar ou falar como os ouvintes de maneira satisfatória e que, mesmo com a imposição das práticas oralistas, as pessoas surdas insistiam em se

> comunicar por meio da língua de sinais, decidiu-se então que os surdos poderiamutilizar toda e qualquer forma de comunicação. Surge, então, o método que ficou conhecido como Comunicação Total.”. (Kalatai; Streiechen, 2012, p.7).

Os autores, Kalatai e Streiechen (2012), destacam que a abordagem da Comunicação Total, que promovia o uso simultâneo das duas línguas, tanto a fala quanto os sinais (bimodalismo), não obteve resultados satisfatórios. A dificuldade decorria da natureza distinta e das estruturas diferentes das duas línguas, o que tornava o processo de aprendizagem dos alunos desafiador. Conforme Quadros (1997, p. 27) pontua, de acordo com estudos a abordagem bilíngue é considerada a mais apropriada para fornecer acesso às duas línguas na educação escolar, incluindo o ensino da língua escrita.

Durante a década de 1990, houve um início de debates conceituais cruciais sobre tópicos como língua de sinais, bilinguismo, os efeitos dos modelos clínicos-terapêuticos e socioantropológicos na educação de surdos, além de teorizações relacionadas à cultura e identidades surdas. Esses debates e estudos tiveram impactos substanciais na formulação e organização de um processo de educação bilíngue para a comunidade surda no Brasil, em questão dos movimentos realizadosno decorrer dos anos.

As escolhas sobre como implementar a educação bilíngue para uma criança dependem de decisões políticas e pedagógicas. Quando uma escola opta por oferecer educação bilíngue, ela está adotando uma política linguística que envolve a coexistência de duas línguas no ambiente escolar. Nesse contexto é definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, assim como as funções que cada língua desempenhará no ambiente educacional. Essas decisõessão cruciais para a eficácia da educação bilíngue e para o desenvolvimento linguístico dos alunos.

A metodologia Bilíngue é um modelo educacional que envolve o ensino de duas línguas no ambiente escolar, a Língua Portuguesa (escrita) e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atualmente essa abordagem é adotada em algumas instituições de ensino no Brasil para educar surdos, promovendo a fluência em ambas as línguas e buscando a inclusão efetiva desses alunos. Essa abordagem

reconhece a importância de promover tanto a língua de sinais quanto a língua oral, proporcionando um ambiente de aprendizado mais eficaz para crianças surdas, permitindo que elas desenvolvam habilidades linguísticas e de alfabetização de maneira abrangente.

A aquisição da língua natural por pessoas surdas ocorre quando elas têm contato com falantes dessa língua, seja ela oral ou de sinais. Isso acontece de forma sistematizada, e as pessoas surdas têm o direito de utilizar a língua de sinais. A abordagem bilíngue na educação busca reconhecer e garantir esse direito proporcionando um ambiente de ensino que promova o desenvolvimento tanto da língua de sinais quanto da língua oral, garantindo uma educação inclusiva e abrangente para pessoas surdas. Sobre as práticas pedagógicas, Lacerda (1996) infere:

> É no início do século XVI que se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais. Surgem relatos de diversos pedagogos quese dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos (Lacerda,1996, p.3).

Levando em conta o currículo escolar de uma escola bilíngue, é sugerido que amesma inclua conteúdos desenvolvidos em escolas comuns. Ao mesmo tempo emque a escola é especial para os surdos, deve ser também uma escola regular de ensino"(Quadros, 1997, p. 33). Ao analisar a proposta bilíngue constata-se que é considerada a abordagem mais adequada para o ensino de crianças surdas, pois reconhece a língua de sinais como uma língua natural e a incorpora como base parao ensino da língua escrita. Essa metodologia valoriza a língua de sinais como um meio eficaz de comunicação e promove uma educação inclusiva que respeita a língua e a cultura surda.

Entende-se também que uma escola bilíngue para surdos busca proporcionar um ambiente educacional que atenda às necessidades específicas dos alunos surdos, ao mesmo tempo em que oferece um currículo que inclua conteúdos similares aos de escolas comuns. Essa abordagem é fundamentada no princípio do

bilinguismo para surdos, que reconhece a importância de oferecer instrução tanto na língua de sinais quanto na língua oral, geralmente a língua majoritária do país, para garantir um desenvolvimento linguístico completo e a participação efetiva na sociedade.

De acordo com Carvalho e Barbosa (2008) a promoção de um ambiente colaborativo em que atividades são compartilhadas entre surdos e ouvintes é fundamental para o processo de inclusão. Esse ambiente respeita e aceita as diferenças individuais, criando as condições ideais para a inclusão efetiva de pessoas surdas. Para Gonçalves e Festa (2013) :

> Para que o aluno Surdo possa ter sucesso em sua vida escolar, faz-se necessário que o professor regente tenha conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais desse aluno. Na inclusão, parte- se do pressuposto que todos os alunos precisam ter acesso aos conhecimentos de igual modo. (Gonçalves; Festa, 2013, p.6).

A inclusão de conteúdos de escolas comuns ajuda a garantir que os alunos surdos tenham acesso ao mesmo conhecimento e habilidades que seus colegas ouvintes. O aspecto especial da escola bilíngue reside no fato de que ela também se concentra na promoção da língua de sinais como uma língua de instrução e comunicação primária. Isso é vital para o desenvolvimento linguístico e a identidade cultural dos alunos surdos.

As escolhas sobre como implementar a educação bilíngue para uma criança dependem de decisões políticas e pedagógicas. Quando uma escola opta por oferecer educação bilíngue, ela está adotando uma política linguística que envolve a coexistência de duas línguas no ambiente escolar. Então é definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, assim como as funções que cada língua desempenhará no ambiente educacional. Essas decisões são cruciais para a eficácia da educação bilíngue e para o desenvolvimento linguísticodos alunos.

Uma escola bilíngue busca equilibrar a educação especializada para surdos com uma abordagem inclusiva que permite que os alunos participem do currículo geral. Isso ajuda a combater a exclusão e promover uma educação de qualidade para os alunos surdos, reconhecendo a importância de ambas as línguas , a língua de sinais e a língua majoritária, em seu desenvolvimento e aprendizado. Festa e

Oliveira (2012) nos situa que no início da década de 1980 o conceito de bilinguismo no Brasil começou a ganhar destaque, com a premissa fundamental de que os surdos deveriam ser bilíngues, adquirindo a língua de sinais como língua materna considerada a língua natural para essa comunidade, e a língua oficial de seu país como segunda língua. Apesar da adoção do mesmo nas escolas públicas ainda é fraca, apesar dos esforços governamentais.

A educação bilíngue é uma abordagem que enfatiza o ensino tanto da língua de sinais quanto da língua majoritária falada no ambiente, como a língua portuguesa.Isso permite que o aluno surdo tenha acesso a dois idiomas e culturas, facilitando sua participação em ambos os mundos surdo e ouvinte, reconhecendo a importância da língua de sinais como um meio de comunicação natural para pessoas surdas e ao mesmo tempo permite que elas desenvolvam habilidades na língua majoritária para a inclusão social e acadêmica.

Já a Comunicação Total, para Poker (2011, p. 06) é definida como uma filosofia que propõe a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais que assegura uma comunicação eficiente entre as pessoas com surdez. Se preocupa principalmente com os processos de comunicação entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes.

A abordagem da Comunicação Total enfatiza a utilização de várias modalidades de comunicação, incluindo língua de sinais, leitura labial, fala, escrita, gestos e outros recursos. Seu objetivo principal é proporcionar ao aluno uma ampla gama de ferramentas de comunicação para que ele possa se expressar e compreender o mundo ao seu redor da melhor forma possível. Esta abordagem é valorizada por muitos defensores da comunidade surda, pois respeita e promove a língua de sinais reconhecendo-a como uma língua legítima eculturalmente relevante.

Ao tratar sobre as diferentes abordagens utilizadas ao longo dos anos, cabe falar sobre oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil, que se deu através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e do Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, é um exemplo marcante das conquistas e resultados dos esforçose lutas das pessoas surdas no país. Essas regulamentações reconhecem a importância da presença de tradutores/intérpretes de Libras em diversos espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, como parte das garantias estabelecidas

pelo decreto. Isso representa um avanço significativo na inclusão e acessibilidade das pessoas surdas na sociedade brasileira.

No decorrer da presente seção percebe-se que a comunicação total, educação bilíngue e método oralista são abordagens distintas no campo da educação de pessoas surdas e com deficiência auditiva. Cada uma dessas abordagens tem suas próprias vantagens e desvantagens, e a escolha entre elas muitas vezes depende das necessidades individuais do aluno, bem como das circunstâncias culturais e educacionais.

Considerações finais

Ao tratar sobre uma temática que aborde o ensino de libras para estudantes surdos no ambito educacional, também estamos tratando de sua inclusão, para entender como se deu todo o contexto de muitas lutas para garantir o direito a educação igualitária para todos, primeiramente deve-se entender como ocorreu o contexto histórico, as lutas e conquistas adquiridas ao longo dos tempos. No entanto ao falar sobre a história dos surdos na educação deve se ter em mente que é um tema crucial, pois promove igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e o pleno exercício dos direitos dos surdos. Isso é fundamental para que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam se integrar plenamente à sociedade.

A pesquisa tem contribuido para um melhor entendimento desse processo ao fornecer informações claras e evidêntes, também diretrizes que informam práticas educacionais mais eficazes. Visando identificar as necessidades específicas dos estudantes surdos, avaliar o impacto das políticas educacionais e a desenvolver abordagens de ensino que atendam às suas particularidades linguísticas e culturais. Portanto, a pesquisa sobre o respectivo tema desempenha um papel fundamental na melhoria da inclusão de surdos na educação, a utilização de diferentes abordagens educativas, o que permite a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

É de suma importância reconhecer que não existe uma abordagem única que

funcione para todos, e a educação inclusiva deve ser flexível o suficiente para acomodar diversas formas de comunicação e aprendizado. Além disso, o respeito pela identidade cultural surda e pela língua de sinais como uma língua legítima desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e no empoderamento das pessoas surdas.

Referências

ABREU, Adelazir Barbosa da Silva. **A inclusão de alunos com deficiência em sala de aula regular**: um estudo realizado numa escola pública de Limoeiro–PE. 2017.

AÇÃO PARA SATISFAZER; DE, NECESSIDADES BÁSICAS. **Declaração mundial sobre educação para todos. Jontiem: UNICEF**, 1990.

BRASIL, Lei nº10.436. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em http:www.leidireto.com.br/lei-10436.html, acesso em 26/04/2012.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 359-379, 2016.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva**.(2008)

CARVALHO, Sally Pina. **A exclusão linguiística do educando surdo na escola inclusiva**. 2020.

CÂMARA, Leandro Calbente et al. **A invenção da educação dos surdos:** escolarização e governo dos surdos na França de meados do século XVIII ameados do século XIX. 2018.

DI CLEMENTE E SILVA, NICOLE. **UMA ANÁLISE DA APAE ENQUANTO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. 2021.

FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; DE SÃO JOSÉ, Elisson Souza; DOS SANTOS FARIAS, Alisson. UM BREVE RELATO HISTÓRICO DO ENSINO DE LIBRAS NO BRASIL. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC**, n. 10, 2021.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, p. 51-69, 2014.

FESTA, Priscila Soares Vidal; OLIVEIRA, Daiane Cristine de. Bilinguismo e surdez: conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países. **Ensaios Pedagógicos-Revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, p. 1-10, 2012.

GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, p. 1-13, 2013.

DE JESUS, Clarice Karen. A história da escolarização dos surdos: uma análise do passado até os dias atuais. **Revista Visão Universitária**, v. 3, n. 1, 2015.

KALATAI, Patricia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. **Irati, PR: Univerisidade Estadual do Centro-Oeste de Irati**, 2012.

DE LACERDA, CRISTINA BROGLIA FEITOSA. **Os processos dialógicos entre alunosurdo e educador ouvinte: examinando conhecimentos**. 1996.

DE LACERDA, Cristina BF. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cadernos Cedes**, v. 19, p. 68-80, 1998.

LOPES, Edjonas Silvana et al. **Políticas públicas e organizações na educação do surdo. ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 32, p. 228-244, 2016.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e basesda educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Maria Cecilia de, LODI, Ana Claudia B., HARRISON, Kathryn M. P. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais.** In: LOPES FILHO, Otacílio de C.Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997. Bibliografia: p. 327 -357.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educaçãoespecial**. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 2004.

MESQUITA, Leila Santos. Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 255-273, 2017.

TRINDADE, Maria José Silva Almeida. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DENTRO DA ESCOLA REGULAR. **DIVERSIDADE E INCLUSÃO**, p. 70.(2021).

NUNES, Patrícia Matos Souza et al. **O processo educacional do cego em Aracaju** (1950-1970). 2013.

POKER, Rosimar Bortolini. Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez. **Unesp. Libras à Distância. Disponível em**, 2011.
QUADROS, Ronice Muller de**. EDUCAÇAO DE SURDOS. A AQUISIÇAO DA LINGUAGEM**,1997.

DE QUADROS, Ronice Müller; SCHMIEDT, Magali LP. Ideias para ensinarportuguês para alunos surdos. **Brasılia: Mec, SEESP**, 2006. 120.p

QUADROS, Ronice Muller; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A Constituição Política, Social e Cultural da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (Org.). Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. P. 15-47.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.12, n. 35, p. 308-326, maio/ago. 2007.

RIBEIRO, Andréa Rodrigues. AA História dos Surdos pelo mundo. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, v. 2, n. 02, p. 01-09, 2021.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS; ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. **Florianópolis: UFSC**, 2009.